

Universidade Federal de Santa Maria
Campus Palmeira das Missões

Sandrine de Almeida Flores¹; Paloma de Mattos Fagundes²; Bruna Micheli Souza Silveira³;
Carine Schein³; Danubia Scalcon Friggi³; Danieska Müller Ritzel³; Edimara Spironello
Debona³; Francine Taís Both³; Marlon Rouso Moresco³; Wagner Pietrobelli Bueno³.

¹Autor, Apresentador, Aluno do Curso de Administração UFSM-PM; ²Coautor, Professor Adjunto do
Departamento de Administração UFSM-PM; ³Coautor, Aluno do Curso de Administração UFSM-PM.

**A MULHER E O COOPERATIVISMO: A CONTRIBUIÇÃO DE KARL
MARX NOS DIAS ATUAIS**

RESUMO

Apresenta-se a participação das mulheres nas cooperativas agropecuárias na concepção de Karl Marx. Karl Marx provocou profundas mudanças no campo das ideias e no campo das práticas sociais. Aliás, no que tange a “questão da mulher”, o ponto de vista marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Neste sentido, em uma perspectiva das diferenças e desigualdades sociais, este estudo objetiva mostrar a contribuição de Karl Marx para a socialização das mulheres e o cooperativismo como uma doutrina que cumpre importantes fins sociais por meio de atividades socioeconômicas de cooperativas e que, cada vez mais, vem necessitando a participação e colaboração das mulheres. O estudo englobou quatro cooperativas do Rio Grande do Sul, sendo elas: Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai (Cotrimaio); Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL); Cooperativa Santa Clara; e Cooperativa Languiru. De acordo com o objetivo proposto, em uma perspectiva das diferenças e desigualdades sociais, de mostrar a contribuição de Karl Marx para a socialização das mulheres e o cooperativismo, pôde se constatar que as cooperativas limitam-se apenas a atrair as mulheres com eventos anuais, que, nem sempre, acrescentam conhecimentos específicos e técnicos das suas atividades na propriedade rural e na cooperativa.

Palavras-chaves: mulheres; cooperativismo; Karl Marx.

ABSTRACT

Presents the participation of women in agricultural cooperatives in the design of Karl Marx. Karl caused profound changes in the realm of ideas and in social practices. Incidentally, regarding the "woman question," the Marxist point of view assumes a dimension of radical to conservative thinking critically. In this sense, from the perspective of social differences and inequalities, this study aims to show the contribution of Karl Marx for the socialization of women and cooperatives as a doctrine that fulfills important social purposes through socioeconomic activities of cooperatives and, increasingly, is requiring the participation and collaboration of women. The study included four cooperatives of Rio Grande do Sul, namely: Agricultural Cooperative High Uruguay (Cotrimaio); Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL); Cooperative Santa Clara; and Cooperative Languiru. According to the proposed objective, in a perspective of social differences and inequalities, to show the contribution of Karl Marx for the socialization of women and cooperatives, could be noted

that cooperatives are limited only to attract women with annual events that do not always add specific and technical aspects of their activities on the farm and cooperative skills.

Keywords: women; cooperatives; Karl Marx.

1 INTRODUÇÃO

A participação das mulheres nas cooperativas agropecuárias vem ganhando importância nos últimos anos, principalmente após o lançamento de programas e investimentos do governo brasileiro que buscam integrar a mulher ao cooperativismo, permitindo-lhe a participação em igualdade de condições com os homens. Estes incentivos permitem que a mulher passe a participar mais efetivamente, principalmente, na área de liderança e gestão das cooperativas. Uma vez que ela atua fortemente na administração das propriedades rurais, ela não participa da cooperativa, não frequenta as assembleias e não toma decisões.

No Brasil as mulheres representam aproximadamente 25% dos associados e 12% dos ocupantes de cargos de direção no cooperativismo (MAPA, 2009). A participação da mulher no cooperativismo faz com que ela passe a possuir uma consciência de classe, assumindo uma identidade, ou seja, é uma ideia de pertencimento a um grupo, que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Essa nova situação traz ao estudo dessas mulheres novas noções e uma série de transformações que buscam de certa forma, superar o conceito arcaico do que é ser mulher, aquilo que a ela é atribuído, e principalmente o que ela tem conquistado nos últimos anos.

Vários são os estudos existentes que buscam ressaltar as vidas femininas, e inicialmente tentam explicar a inserção da mulher na sociedade sempre partindo da história de “opressão” que elas sofreram (e ainda sofrem) ao longo da história no que diz respeito a trabalho, sexo, família, etc. De acordo com Louro (1997) a justificativa para a desigualdade social entre homens e mulheres se recorria a biologia como referência que marcava a naturalidade da diferença entre homens e mulheres, que possuíam, portanto, papéis diferentes a desempenhar. Porém, as desigualdades sociais devem ser analisadas não somente nas diferenças biológica, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Karl Marx foi responsável por uma das maiores revoluções teóricas do milênio, na qual provocou profundas e irreversíveis mudanças no campo das ideias e no campo das práticas sociais. Em O Capital, grande obra teórica do marxismo, a análise da dinâmica da luta de classes e a especificidade de funcionamento do modo de produção capitalista – a

contradição entre o crescente desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção – permanecem válidas em todos os seus pressupostos e desdobramentos. A tendência avassaladora do capitalismo; o impulso ao aperfeiçoamento técnico; o inexorável crescimento da magnitude do capital e sua centralização nas mãos de um número menor de bilionários estão entre as leis definitivamente estabelecidas por Marx.

No que tange a “questão da mulher”, o ponto de vista marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, obra lançada em 1884, a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da “opressão específica”, que seria retomado e reestudado pelas feministas marxistas dos anos 1960-70. Na *Ideologia alemã*, de 1846, a instituição da família aparece como um dos momentos de passagem para a sociedade de classes.

No tocante ao cooperativismo, o filósofo Karl Marx se referia aos defensores dessa forma de organização do trabalho como socialistas utópicos. Ele os questionava porque duvidava que pudessem mudar a organização da sociedade dessa forma, mas elogiava o cooperativismo pela eficiência da produção e por substituir o trabalho assalariado pelo trabalho associativo.

Neste sentido, em uma perspectiva das diferenças e desigualdades sociais, este estudo objetiva mostrar a contribuição de Karl Marx para a socialização das mulheres e o cooperativismo como uma doutrina que cumpre importantes fins sociais por meio de atividades socioeconômicas de cooperativas e que, cada vez mais, vem necessitando a participação e colaboração das mulheres.

2 A TRAJETÓRIA DA MULHER NA SOCIEDADE

A sociedade humana é histórica, muda conforme o padrão de desenvolvimento da produção, dos valores e normas sociais. Assim, desde que o homem começou a produzir seus alimentos, nas sociedades agrícolas do período neolítico (entre 8.000 a 4.000 anos atrás), começaram a definir papéis para os homens e para as mulheres.

Nas sociedades agrícolas já havia a divisão sexual do trabalho, marcada desde sempre pela capacidade reprodutora da mulher, o fato de gerar o filho e de amamentá-lo. O aprendizado da atividade de cuidar foi sendo desenvolvido como uma tarefa da mulher, embora ela também participasse do trabalho do cultivo e da criação de animais. Além disso, o

papel representado pela mulher era tão ou mais importante que o do homem, já que cabia a ela a tarefa da coleta dos alimentos. Foi à mulher a responsável pela Revolução Agrícola e, portanto, que possibilitou a sedentarização dos povos nômades, mudando a realidade vivida até então (BESSA, 1998).

Com a evolução pós-revolução agrícola e o surgimento das primeiras civilizações, as mulheres perdem espaço para os homens, pois estes acabam ocupando de forma geral o trabalho profissionalizado, restando às mulheres um pequeno espaço de trabalho no campo e o trabalho doméstico, o que fortaleceu a imagem de competência feminina para as coisas da casa. Cada vez mais as mulheres foram colocadas de lado e desvalorizadas no mercado de trabalho.

O surgimento da sociedade industrial moderna, através da Revolução Industrial e da I e II Guerra Mundial recoloca a mulher no mercado de trabalho. Surge a necessidade de uma maior mão de obra, reflexo da revolução industrial e também pelo fato de os homens estarem lutando na guerra. Como consequência, as mulheres começam a compor as frentes de trabalho nas fábricas e nas mais diversas áreas. Com o término da guerra os homens voltam e a maioria das mulheres retorna para seus afazeres domésticos, mas algumas continuam a desempenhar suas funções como operárias nas fábricas e no campo (MURARO, 1983).

A mulher trabalhadora está novamente inserida no mercado de trabalho, com isso começa a se deparar com os preconceitos da sociedade. Enfrenta também a desigualdade salarial e não tem acesso aos direitos trabalhistas, nem a educação e ao voto entre vários outros direitos civis.

Hoje as mulheres representam uma grande parcela de profissionais que atuam no mercado de trabalho e se destacando nas mais diversas funções. Porém, algumas desigualdades e preconceitos sobre o gênero feminino ainda existem e mantém viva a luta da maioria das mulheres no mundo.

3 O GÊNERO FEMININO DE KARL MARX

A influência do marxismo no gênero feminino é inegável. Como este encarou o futuro da pequena agricultura como sendo o desaparecimento, os que estudam as mulheres rurais sentem duplamente o peso desta tradição teórica, mesmo sendo difícil pensar, dentro de seus parâmetros, outras formas de trabalho que não o assalariamento individual que, no feminismo marxista, é requisito para as mulheres questionarem a condição subordinada. Os movimentos

de mulheres rurais reivindicam mudanças sem romper com o trabalho familiar (PAULILO, 2002).

Para Marx e Engels a divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas as outras, e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo na repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual tanto em quantidade como em qualidade; ela implica na propriedade; assim, a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade.

Na obra Manifesto Comunista (1848), Marx e Engels reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas. Assim, a ênfase na historicidade das instituições humanas permitiu a compreensão da família como fenômeno social em que a divisão social do trabalho é também uma divisão sexual entre funções femininas e masculinas. Mais do que isso: abriu espaço para novos tipos de projetos e relações entre os sexos. Com Engels e Marx, as feministas da esquerda europeia, nos anos 1960-70, puderam construir uma "teoria da opressão" e partir para a luta. Assim a influência marxista nas formulações feministas não significa que o marxismo possa dar conta por completo da "questão da mulher".

Para Mitchell (1971) não é possível reduzir a opressão da mulher a uma única dimensão, como formula Engels, nem mesmo equacioná-la como símbolo da opressão geral, como afirma Marx em seus primeiros escritos. É preciso pensá-la como uma estrutura específica, isto é, como unidade de elementos diferenciados.

Para Moraes (2000) os movimentos feministas tiveram força política suficiente para impor a década da mulher instituída pela ONU (1975/85) e de manter a questão da desigualdade como tema na chamada "pauta dos direitos humanos". O feminismo dos anos 60-70 enfrentou a Igreja Católica e aos conservadores, na Itália e França, conquistando o direito ao divórcio e ao aborto por plebiscito nacional, com o apoio da esquerda socialista e comunista. Ao mesmo tempo, o feminismo ganhou visibilidade quando as mulheres passaram a organizar-se autonomamente, no quadro da nova esquerda, à margem dos partidos tradicionais.

No Brasil, a importância do feminismo marxista/socialista refletiu-se na grande recepção que suas teses tiveram juntos aos movimentos sociais. As feministas atuavam nos clubes de mães, nos movimentos de base, via de regra em parceria com a ala progressista da Igreja católica. Além do trabalho "junto às bases populares", no jargão político daquele

momento, as feministas que militavam em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife lutavam também pela anistia, pelas liberdades democráticas e pelo fim do regime militar (MORAES, 2000).

As feministas marxistas brasileiras incluíam em sua bibliografia obrigatória autores como Marx, Engels, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell. As preferências literárias das feministas revelam a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia um modelo explicativo. Urgia enfrentar o discurso conservador que preconizava a conformidade da mulher com seu destino de mãe e esposa. A defesa da “família” como instituição universal e a supra-histórica fazia parte das idéias patriarcais que eram preciso combater. Além do mais, era importante lutar pela emancipação econômica da mulher, pelo direito ao trabalho e, simultaneamente, contra as desigualdades sofridas em termos de salários e postos. Igual salário para igual trabalho era a primeira das reivindicações com relação à esfera econômica. A análise dos editoriais e temas da imprensa feminista, especialmente o jornal paulista *Nós Mulheres* (76/79) revela a influência do marxismo – o discurso da opressão específica da mulher, com sua dupla jornada de trabalho – e a preferência por artigos sobre trabalho e política (MORAES, 2000).

4 A MULHER ATUANDO NO COOPERATIVISMO

A cada ano cresce o número de mulheres atuantes no cooperativismo. Elas mostram que a força feminina, aliada à doutrina, tem muito a contribuir para o sucesso das cooperativas. A cooperativa, de acordo com o próprio ideário cooperativista, tem um compromisso com a indiscriminação de qualquer tipo, inclusive de gênero, uma vez que, segundo a lei 5.764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo, as pessoas que se reúnem para formar uma cooperativa contribuem com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Para OCB (2009) as cooperativas são empresas que não buscam o lucro como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para permitir, por meio de serviços, a escalada social, afinal, o cooperativismo é uma doutrina que cumpre importantes fins sociais por meio de atividades socioeconômicas de cooperativas. Conceitualmente, cooperativa pressupõe novos valores éticos, tais como democracia, igualdade, equidade, solidariedade, responsabilidade social e associação voluntária de pessoas para se ajudarem economicamente. Tais valores estão presentes nos projetos sociais que buscam a conscientização da cidadania, visando, principalmente, à redução das desigualdades sociais.

O modelo cooperativista contribuiu para a igualdade entre trabalhadores e trabalhadoras. Porém, na prática, não se sabe ao certo se a cooperativa apresenta condições especialmente propícias à prática da igualdade econômica e profissional entre mulheres e homens. As cooperativas tornar-se-ão mais fortes economicamente e mais influentes politicamente se mais mulheres forem ativamente envolvidas (Internacional Co-operative Alliance, 2009).

A Década da Mulher (1975) significou um marco de oportunidades para os debates de questões de gênero. Em 1996, na Costa Rica, organizou-se o I Encontro Continental de Mulheres Cooperativistas, que contou com a participação de 450 mulheres de 29 países. Os principais destaques temáticos se concentraram na análise do papel das mulheres no movimento cooperativo, a sua visibilidade e a sua contribuição. Outros eventos foram promovidos pelas Nações Unidas, como a IV Conferência Mundial da Mulher em Pequim, onde se definiu a situação da mulher no mundo e a sua relação com as questões econômicas e sociais no processo de desenvolvimento dos países e no mundo (KUHLMANN, 2002).

Atualmente a presença da mulher tem sido discutida principalmente dentro das cooperativas agropecuárias, uma vez que, a mulher além de ajudar nos afazeres domésticos, ajuda também na propriedade rural da família, nos trabalhos braçais e administrando desde a compra de insumos até a negociação dos produtos finais. Porém, o que ocorre com essa mulher rural é que, geralmente, quem acaba representando e recebendo os méritos do trabalho na propriedade familiar é o homem, sobretudo na cooperativa.

Neste sentido, algumas cooperativas agropecuárias percebendo a necessidade da inserção da mulher no cooperativismo, têm realizado promoções para que cada vez mais as esposas e filhas dos associados participem das atividades oferecidas pela cooperativa. A participação da mulher inclui desde atividades como associada, tendo direito a votar e participar na tomada de decisão, até administrar e dirigir uma cooperativa agropecuária, ocupação esta que ainda resiste em ser apenas ocupadas por homens.

5 METODOLOGIA

Para atingir o propósito deste artigo – mostrar a contribuição de Karl Marx para a socialização das mulheres e o cooperativismo como uma doutrina que cumpre importantes fins sociais por meio de atividades socioeconômicas de cooperativas – utilizou-se uma abordagem através de um estudo de natureza exploratória com o intuito de mostrar a contribuição do filósofo Karl Marx para as mulheres atuais e a inserção das mesmas, no

cooperativismo. Segundo GIL (1999) a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, envolvendo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

A amostra foi do tipo não probabilística por conveniência e por julgamento. Uma amostra não probabilística por conveniência caracteriza-se quando o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis e uma amostra não probabilística por julgamento, quando o pesquisador utiliza seu julgamento para selecionar os membros da população que são boas fontes de informação precisa (SCHIFFMAN; KANUK, 2000). Os selecionados para a amostra englobaram três cooperativas do Rio Grande do Sul, sendo elas:

a) Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai (Cotrimaio) – Fundada em 1968 esta localizada na cidade de Três de Maio no Rio Grande do Sul, possui filiais em 19 municípios e mais de 13.488 associados. É considerada uma das maiores e mais seguras cooperativas do sul do Brasil.

b) Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL) – Fundada em 1963, esta localizada na cidade de Nova Palma, região central do Rio Grande do Sul. Possui filiais em quatro cidades e mais de 4.000 associados, a maioria agricultores familiares.

c) Cooperativa Santa Clara – Fundada em 1912, esta localizada no Rio Grande do Sul, no município serrano de Carlos Barbosa. Com filiais espalhadas por todo o estado, a cooperativa reúne atualmente 4.014 associados e 1.099 funcionários, estando em quarto lugar do *ranking* das maiores indústrias do setor lácteo gaúcho.

d) Cooperativa Languiru – Fundada em 1955 e com sede em Teutônia, a cooperativa esta presente em 24 municípios dos vales do Taquari e Rio Pardo é a quarta maior cooperativa agropecuária do Rio Grande do Sul, possuindo um total de 1.320 funcionários. Atualmente, são 23 negócios na área de frangos, leite, suínos, supermercados e rações, com um total de 4.104 associados sendo 1.926 produtores.

Outros procedimentos metodológicos foram às visitas de reconhecimento visual da ocupação social e econômica da área de estudo. Além disso, selecionaram-se entrevistas com informantes qualificados e representativos da diversidade social, econômica e política, visando resgatar a realidade atual da participação das mulheres nas cooperativas agropecuárias. Para GIL, pode-se definir entrevista “como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (1999, p. 117).

A partir da literatura consultada foram selecionadas as seguintes variáveis do estudo: acesso das mulheres na cooperativa; programas e atividades realizadas para inserir a mulher na cooperativa; comunicação do desempenho econômico e social pela participação da mulher; e, restrições e/ou limitações da inserção feminina no cooperativismo.

Com relação à análise dos dados coletados nos questionários, a opção selecionada foi a interpretativa. Conforme Triviños (1999), esta técnica possibilita a análise dos dados coletados à luz da literatura estudada.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em debates nacionais e internacionais sobre problemas de gênero, o cooperativismo tem se destacado com uma forma organizatória e principalmente favorável à superação das desigualdades que os usos e costumes ergueram entre homens e mulheres.

Nas cooperativas estudadas, destaca-se a Cotrimaio, primeira empresa do setor a ser beneficiada pelo Programa de Gênero e Cooperativismo: Integrando a Família (Coopergênero), financiado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, da Presidência da República. Em 2004, ano de início do programa, mais de 920 mulheres da cooperativa foram capacitadas através de cursos em gestão da propriedade rural e cooperativismo. Esta iniciativa visa proporcionar à agricultora associada inserção qualificada e ativa no campo, por meio de uma visão empresarial de gerenciamento e negócios em ambiente cooperativo. Propõe-se, também, discutir o papel da mulher no processo produtivo da agricultura nacional e sua participação nas decisões sobre a propriedade agrícola. Além disso, destaca-se que a capacitação com as mulheres que trabalham na cooperativa foi uma das melhores ações realizadas em benefício das profissionais do campo. Como resultado, constatou-se que, as mulheres que antes nem se quer entendiam nada sobre negócios da cooperativa, agora controlam custos, organizam planilhas informatizadas, negociam os produtos e participam constantemente das assembleias e reuniões de núcleos promovidas pelas cooperativas (aumento de 40% na participação das mulheres na Cotrimaio). Todo ano realiza o Encontro das Mulheres da Cotrimaio com palestras sobre a saúde da mulher, motivação além de atividades de descontração e lazer.

Na Camnpal também todo ano é realizado o Encontro de Mulheres Camnpal onde são realizadas palestras, show e jantar. Um ponto a ser ressaltado, e de grande relevância, é a participação efetiva das mulheres nas decisões da cooperativa, visto que o casal, tanto o

homem como sua esposa ambos têm direito a voto, ao contrário do que geralmente ocorre na maioria das cooperativas, onde apenas o homem tem direito a voto.

Semelhante como na Cotrimaio e Cammpal, na Cooperativa Santa Clara a cada dois anos, no mês de Março (mês da mulher) ocorre o Encontro de Mulheres com Atividade no Leite, que objetiva valorizar a mulher que trabalha na propriedade do leite, promovendo um momento de confraternização, profissionalização e integração. No encontro são realizadas palestras técnicas sobre a produção rural; palestras sobre a saúde e a qualidade de vida no meio rural; apresentações culturais; e, almoço.

Na Languiru apesar dos dirigentes ressaltarem a importância da mulher dentro da cooperativa, o que se observou, foi o evento Chá das Mães, com desfiles de modas, palestras, além de serviços como maquiagem e manicure.

Assim, com exceção da Cooperativa Cotrimaio, pouco se faz para a inserção da mulher nas cooperativas agropecuárias. Observa-se atividades, que muitas vezes nada tem a ver com a gestão e participação na cooperativa e que na maioria das vezes se contrapõe aos princípios do cooperativismo.

7 CONCLUSÃO

De acordo com o objetivo proposto, em uma perspectiva das diferenças e desigualdades sociais, de mostrar a contribuição de Karl Marx para a socialização das mulheres e o cooperativismo, pôde se constatar que as cooperativas limitam-se apenas a atrair as mulheres com eventos anuais, que, nem sempre, acrescentam conhecimentos específicos e técnicos das suas atividades na propriedade rural e na cooperativa.

A Cotrimaio, por promover maior número de atividades e programas referentes a participação das mulheres, sejam elas, cooperadas, esposas ou filhas, deve servir de exemplos para todas as outras cooperativas, principalmente nas do setor agropecuário onde a predominância do homem é maior, gerando muitas vezes preconceito e desigualdades entre os gêneros. A cooperativa neste caso evidenciou a evolução da mulher cooperativista, que antes não participava por considerar que apenas a associação do marido era suficiente e, quando tinha ligação com a cooperativa, não tinha direito de opinar nas decisões. Porém, ainda hoje, esse é o retrato social em algumas cooperativas.

As mulheres precisam não apenas participar de eventos comemorativos na cooperativa, mas sim se associar, ter vez e voz nestas organizações que visam principalmente a redução das desigualdades sociais.

Assim conclui-se que a influência marxista foi apenas um pontapé inicial nas lutas das feministas de 1960-70 que continuam até os dias atuais, porém com muitas etapas vencidas e outras a vencer na busca constante pela equidade social entre homens e mulheres na sociedade, pois toda diferença é entendida como sinônimo de desigualdade, e, portanto é preciso acabar com ela.

REFERÊNCIAS

BESSA, K. A. M. **Trajetórias do Gênero, masculinidades**. Cadernos PAGU. Núcleo de Estudos de Gênero. UNICAMP. Campinas, 1998.

ENGELS, F. A **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

ICA - **International Co-operative Alliance**. Disponível em: <http://www.ica.coop/al-ica/> Acesso em: 22 Jun. 2009.

KUHLMANN, S. G. As mulheres e o cooperativismo. **Jornal Carreira e Sucesso**, nº. 116, 04 de fev. de 2002.

LOURO, G. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: vol.1/2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Vol.3, São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

MITCHELL, J. **Woman's Estate**. England: Penguin Books, 1971.

MORAES, M. L. Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **In: Crítica Marxista**. São Paulo, Boitempo, nº 11, 2000.

MURARO, R. M. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

OCB - **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em:
<<http://www.ocb.org.br/site/ocb/index.asp?CodIdioma=1>>. Acesso em: 22 Jun. 2011.

PAULILO, M. I. S. **Feminismo, marxismo e mulheres rurais**. paulilo@cfh.ufsc.br